

# A REGIÃO DE SALTO CAXIAS NO SUDOESTE PARANAENSE: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional\*

Jandir Ferrera de Lima\*\*  
Lucir Reinaldo Alves\*\*\*  
Cezar Karpinski\*\*\*\*  
Carlos Alberto Piacenti\*\*\*\*\*  
Moacir Piffer\*\*\*\*\*

## RESUMO

*Este artigo apresenta e analisa uma série de ações como estratégia de desenvolvimento microrregional para os municípios atingidos pela Hidroelétrica de Salto Caxias, no Sudoeste paranaense. Essas estratégias visam a um direcionamento dos recursos públicos, para investimentos sociais e produtivos nesses municípios. Dentre as sugestões apresentadas destacam-se as dos setores agropecuário e turístico, que são potencialidades econômicas para a região. Salienta-se que a região de Salto Caxias ainda carece de grandes investimentos sociais, voltados sobretudo para melhorar o perfil educacional de sua*

## ABSTRACT

*The present article presents and analyzes a series of action carried out as micro regional development strategies addressed to the cities affected by the Salto Caxias hydro-electrical power plant, located in the Southwest of Paraná. Such strategies are addressed to using public resources for social and productive investments in those cities. Amongst the suggestions presented, we highlight the ones directed to the farming and tourism sectors, which show great economic potential in that region. We would also like to point out that Salto Caxias still lacks important social investments, mainly to*

\*Baseado no projeto de pesquisa "Análise do impacto dos reservatórios das hidroelétricas no desenvolvimento econômico microrregional", financiado pela Fundação Araucária.

\*\*Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec à Chicoutimi (UQAC)- Canadá. Professor Adjunto do Colegiado de Economia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)/Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (Gepec). Pesquisador Associado do GRIR-UQAC. e-mail: jandir@unioeste.br

\*\*\*Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas na Unioeste/Campus de Toledo. Bolsista de Projetos de Pesquisa e Membro do Gepec. e-mail: lucir@unioeste.br

\*\*\*\*Bacharel em Filosofia pela Unioeste/Campus de Toledo. Especialista em História Regional pela Unioeste/Campus Marechal Cândido Rondon. e-mail: cezark@hotmail.com

\*\*\*\*\*Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor Assistente do Colegiado de Economia da Unioeste/Campus de Toledo. Pesquisador do Gepec. e-mail: piacenti@unioeste.br

\*\*\*\*\*Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Professor Assistente do Colegiado de Economia na Unioeste/Campus de Toledo. Pesquisador do Gepec. e-mail: piffer@unioeste.br

Artigo recebido para publicação em abril/2005. Aceito para publicação em agosto/2005.

*população. Por isso, o desenvolvimento regional aliado à preservação do ecossistema, aglutinando as esferas sociais e econômicas, será o diferencial para futuros projetos hidroelétricos, principalmente no estado do Paraná.*

**Palavras-chave:** planejamento regional; desenvolvimento regional; Paraná; economia regional.

*improve the educational profile of its population. By joining the economic and social spheres, regional development allied to ecosystem preservation will make the difference for future hydroelectric projects, mainly in the State of the Paraná in Brazil.*

**Key words:** regional planning; regional development; Paraná; regional economy.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2002, uma equipe do Colegiado de Economia da Unioeste/Campus Toledo apresentou à Fundação Araucária um relatório com a "Análise do impacto dos reservatórios das hidroelétricas no desenvolvimento econômico microrregional" (PIACENTI; LIMA, 2002). O conteúdo do relatório, que tratou do crescimento e do desenvolvimento econômico das microrregiões de Salto Caxias e lindeiras ao lago de Itaipu, gerou diversos frutos em termos de produção científica e de intervenção regional. Os indicadores gerais sobre o perfil da economia dessas duas microrregiões foram expostos resumidamente em artigo publicado na *Revista Paranaense de Desenvolvimento* (PIACENTI et al., 2003).

Particularmente, a análise de Piacenti e Lima (2002) e Piacenti et al. (2003) chama a atenção para a situação socioeconômica da microrregião de Salto Caxias, no Sudoeste paranaense. Esta região, além de mostrar fracos indicadores de crescimento, apresenta características de dualidade econômica na agricultura e no perfil da economia urbana.

Sabe-se que a economia de uma região atingida pelo alagamento de uma barragem hidroelétrica apresenta situações bem distintas anterior às obras, durante o processo de construção e após a conclusão das obras. Anteriormente às obras, a economia possui características próprias da região (agrícola, comercial ou industrial). Porém, com o início das construções essas características da economia local sofrem um impacto direto com os recursos provenientes dessa fase da instalação. O movimento de operários e a oferta de empregos fazem as cidades se expandirem comercialmente, ampliando o mercado de seus produtos e gerando, com isso, um forte crescimento econômico num curto espaço de tempo.

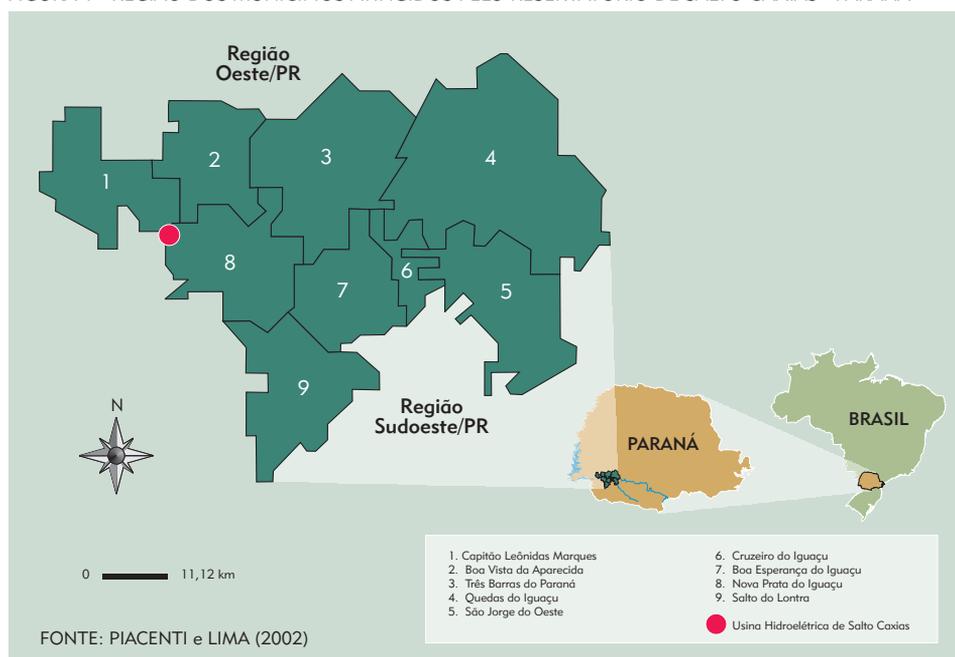
Quando as obras chegam ao fim e a usina passa a funcionar, a economia regional e urbana pode apresentar duas fases: a primeira, tomada como negativa, é aquela em que se enfrenta o desemprego advindo do término da construção e a perda da população economicamente ativa, que, atingida pelo reservatório, migra para outras regiões. Além disso, a perda de terras produtivas com o alagamento afeta a produtividade regional e, conseqüentemente, o crescimento econômico. A segunda fase, considerada positiva, é aquela em que os municípios passam a receber compensações financeiras pelas áreas alagadas e a economia volta a crescer mediante esses recursos. Provavelmente, os *royalties* e o retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), advindo da geração de energia e da dinâmica da economia local, serão recursos financeiros adicionais para os municípios atingidos ou sedes das usinas hidroelétricas, respectivamente.

Nesse sentido, este artigo visa analisar e sintetizar algumas ações e metas que são praticáveis para a dinamização da economia local e microrregional dos municípios atingidos pelo lago da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Sudoeste paranaense. Essas ações e metas, apresentadas originalmente no relatório de pesquisa de Piacenti e Lima (2002), têm o objetivo de otimizar o uso dos recursos públicos para melhorar a qualidade de vida e o perfil do desenvolvimento econômico das populações da microrregião de Salto Caxias.

## 2 A REGIÃO DE SALTO CAXIAS: CARACTERIZAÇÃO GERAL

A região de Salto Caxias é formada por nove municípios do Oeste e Sudoeste paranaenses (figura 1). Ao norte, na margem direita, estão localizados os municípios pertencentes à região Oeste do Paraná, a saber: Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu. Na margem esquerda têm-se os municípios pertencentes à região Sudoeste: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge do Oeste.

FIGURA 1 - REGIÃO DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO RESERVATÓRIO DE SALTO CAXIAS - PARANÁ



Na região de Salto Caxias a colonização foi feita pelos colonos vindos do Sul do Brasil. Além disso, sua colonização foi marcada por conflitos e uma forte predominância da mestiçagem. Por ser uma região de fronteira, visando garantir a segurança e organizar a colonização, o governo federal criou a chamada Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), abrangendo uma faixa de aproximadamente 60 km da fronteira. Este fato contribuiu para a ocupação e colonização significativa da região Sudoeste do Paraná nos anos 1970 (LAZIER, 1986).

Aliados aos fatores históricos estão os aspectos geográficos, que, de certa forma, interferem na mecanização e modernização da produção agropecuária e nos seus condicionantes produtivos. Desse modo, suas condições geográficas impossibilitam uma mecanização generalizada da agropecuária. Com isso, a agropecuária passou a ser mais tradicional e pouco capitalizada, com pequenas propriedades e o predomínio da agricultura familiar. O quadro 1 mostra quais são os principais produtos agrossilvopastoris desenvolvidos em cada um dos municípios e as indústrias predominantes nessa região.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS PRODUTOS AGROSSILVOPASTORIS E PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SALTO CAXIAS - PARANÁ

MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS PRODUTOS AGROSSILVOPASTORIS	INDÚSTRIA DOMINANTE
Boa Esperança do Iguaçu	Feijão, aves de corte e suínos	Produtos alimentares, madeira, vestuário, calçados e tecidos
Boa Vista da Aparecida	Aves de corte, milho e feijão	Mobiliário, produtos alimentares e metalurgia
Capitão Leônidas Marques	Aves de corte, soja e milho	Mobiliário, vestuário, calçados, tecidos e madeira
Cruzeiro do Iguaçu	Aves de corte, milho e bovinos	Prod. minerais não-metálicos, produtos alimentares e extração de minerais
Nova Prata do Iguaçu	Feijão, fumo e milho	Produtos alimentares, mobiliário, metalurgia, vestuário, calçados e tecidos
Quedas do Iguaçu	Milho, aves de corte e soja	Madeira, produtos alimentares, extração de minerais, mobiliário, vestuário, calçados e tecidos
Salto do Lontra	Feijão, aves de corte e milho	Produtos alimentares, prod. minerais não metálicos, metalurgia, vestuário, calçados, tecidos e madeira
São Jorge d'Oeste	Aves de corte, milho e bovinos	Madeira, produtos alimentares e prod. minerais não-metálicos
Três Barras do Paraná	Aves de corte, milho e feijão	Produtos alimentares, vestuário, calçados, tecidos e madeira

FONTE: PARANACIDADE (2001)

Observa-se, pelo quadro, que as indústrias presentes na região são, de modo geral, classificadas como tradicionais. Lima (2004) menciona que essas indústrias são de produção, sobretudo, para consumo local. Além disso, são consideradas como as indústrias menos dinâmicas.

Assim, dadas as condições produtivas e sociais, a região de Salto Caxias está entre as menos desenvolvidas economicamente no Paraná, conforme se verifica na tabela 1, em que todos os municípios apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) inferior ao do Estado.

TABELA 1 - POPULAÇÃO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SALTO CAXIAS - PARANÁ - 1990/2004

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO <sup>(1)</sup>				IDH-M	
	1990	1996	2000	2004 <sup>1</sup>	1991	2000
Boa Esperança do Iguaçu	-	3.453	3.107	2.728	0,663	0,741
Boa Vista da Aparecida	10.370	10.213	8.423	7.424	0,603	0,697
Capitão Leônidas Marques	17.843	15.753	14.377	15.151	0,660	0,751
Cruzeiro do Iguaçu	-	4.797	4.394	3.958	0,656	0,737
Nova Prata do Iguaçu	11.615	10.620	10.397	9.772	0,668	0,754
Quedas do Iguaçu	31.509	30.668	27.364	28.312	0,681	0,747
Salto do Lontra	14.297	13.055	12.757	12.199	0,664	0,760
São Jorge d'Oeste	10.321	9.669	9.307	8.787	0,654	0,754
Três Barras do Paraná	14.982	13.057	11.822	10.201	0,661	0,720
TOTAL	110.937	111.285	101.948	98.532	<sup>(2)</sup> 0,711	<sup>(2)</sup> 0,787

FONTES: Piacenti e Lima (2002), IBGE

(1) Estimativa do IBGE.

(2) Referente ao estado do Paraná.

Verifica-se, pela tabela, que o comportamento populacional dos municípios dessa região apresenta reduções em praticamente todos os municípios. No entanto, nota-se que em 2004 os municípios de Capitão Leônidas Marques e Quedas do Iguaçu apontam

acréscimo populacional, denotando um dinamismo maior, comparativamente com os demais municípios que formam a região de Salto Caxias.

Já no tocante ao reservatório da Usina de Salto Caxias, seus 108,65 km<sup>2</sup> causaram impactos ambientais comuns a qualquer barragem hidroelétrica. Destacam-se, entre os problemas verificados, a erosão de terrenos rurais e urbanos, a não adaptação dos peixes de espécie endêmica, que necessitam de corredeiras e cachoeiras para sobreviver, e o uso abusivo de agroquímicos nas lavouras. Estes problemas estão sendo amenizados através de programas da própria usina, que visam à adaptação e preservação dos recursos naturais à nova ordem ambiental instaurada na região.

No aspecto social, a migração forçada de inúmeras famílias é um impacto significativo vivido por essas populações. Na região, cerca de 1.025 famílias foram indenizadas, sendo que, destas, 600 foram reassentadas em outros municípios não atingidos pelo lago da usina. Isto causou grande migração na região atingida, contribuindo para o agravamento dos problemas sociais e econômicos advindos da diminuição populacional.

Apesar disso, a região cresceu economicamente nos últimos anos. Embora não se possa afirmar ainda que esse crescimento advém das instalações da usina, vale ressaltar que indiretamente a usina contribuiu para isto, devido aos recursos injetados e investimentos em infra-estrutura durante sua construção, principalmente na melhoria das estradas. Observa-se isso pelo aumento da População Economicamente Ativa (PEA) no período de 1990 a 1995, conforme mostra a tabela a seguir.

TABELA 2 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SALTO CAXIAS - PARANÁ - 1991/2001

MUNICÍPIO	PEA		
	1991	1995	2001
Boa Esperança do Iguaçu	-	2.155	1.385
Boa Vista da Aparecida	4.424	6.027	4.958
Capitão Leônidas Marques	7.693	6.265	8.689
Cruzeiro do Iguaçu	-	2.971	2.240
Nova Prata do Iguaçu	4.471	5.977	4.958
Quedas do Iguaçu	11.391	17.011	11.672
Salto do Lontra	6.490	7.590	6.094
São Jorge d'Oeste	4.151	5.482	4.547
Três Barras do Paraná	5.306	7.823	5.363
TOTAL	43.926	61.301	49.906

FONTES: IBGE (1991), PARANACIDADE (2001), SERT (2001)

Depois disso, a economia regional passou por momentos de instabilidade, mas continuou crescendo, comparativamente com o período que antecedeu a construção. Esse crescimento se deve em parte às políticas de desenvolvimento regional que a própria usina elaborou para a região atingida, ou seja, o Projeto de Desenvolvimento Integrado dos Municípios do Reservatório da Hidroelétrica de Salto Caxias (Pró-Caxias).

Deve-se ressaltar que esta região está ainda na primeira fase pós-construção da usina e seus impactos poderão ser bem diferentes a longo prazo, haja vista que os programas de apoio estão em fase inicial e os benefícios compensatórios (*royalties* e ICMS da geração de energia) não estão sendo injetados na economia regional até o momento.

Comparando as regiões de Salto Caxias e Itaipu quanto aos impactos ambientais, sociais e econômicos, observou-se que a diferença marcante em termos ambientais fica por conta das áreas alagadas. Isto influi tanto na exploração agropecuária, pelas mudanças no microclima de algumas áreas, quanto na relação da produção de energia e o espaço dos lagos criados pelas represas. O reservatório da Usina Hidroelétrica de Salto Caxias, localizada no rio Iguaçu, apresenta uma área total alagada de 108,65 km<sup>2</sup> e uma potência de geração de 1.240 megawatts (MW). Seu índice de produção de energia é de 11,41 MW/km<sup>2</sup>. Se comparada com a Usina de Itaipu, a hidroelétrica de Salto Caxias produz uma quantidade aproximada de 20% a mais por quilômetro quadrado de alagamento. De certa forma, a Usina de Salto Caxias é mais eficiente, neste momento, em termos de produção de energia/área alagada. Este indicador torna-se uma referência para novos projetos hidroelétricos.

Ressalte-se que a Usina de Salto Caxias realizou uma indenização inédita no Brasil, tornando-se modelo mundial de desocupação de áreas atingidas por lagos de hidrelétricas. A empresa responsável pela instalação da usina forneceu opção de escolha aos atingidos quanto à forma de indenização. Cerca de 600 famílias foram reassentadas em locais providos de infra-estrutura e recursos financeiros necessários para o bem-estar dessa população. O restante das famílias (425) recebeu indenizações ou carta de crédito, conforme sua escolha. A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) prestou acompanhamento em todo o processo de desocupação, inclusive custeando as despesas da mudança.

Sobre o uso alternativo do reservatório, essas ações turísticas estão em fase inicial na região de Salto Caxias, fazendo parte dos planos para desenvolvimento econômico local. Estão sendo construídos condomínios particulares que visam à permanência de um determinado grupo de pessoas durante toda a temporada de verão.

Além do turismo, a irrigação e a pesca também fazem parte do uso alternativo dos reservatórios. Porém, a irrigação é uma técnica pouco explorada na região. Isso se dá por motivos de ordem econômica e técnica. Econômica, porque os agricultores não dispõem de recursos financeiros para as caras instalações, e, técnica, pelas restrições da própria usina relacionadas ao uso da água do lago. Na questão da pesca, na região de Salto Caxias não há registros de associações de pescadores. Os entraves para uma pesca desenvolvida e profissional continuam sendo a falta de uma política pesqueira que se adapte às normas ambientais. Além disso, a carência de estudos para a viabilidade de tanques-redes, a existência de poucas colônias de pescadores e a falta de uma agroindústria do pescado fazem da pesca uma atividade pouco explorada nessa região.

Deve-se destacar que a energia gerada não é utilizada na região, mas sim transferida para outras regiões mais industrializadas, gerando emprego e renda. A região atingida recebe apenas o ICMS pago sobre a geração da energia. Porém, esse recolhimento de ICMS é causador de confrontos e disputas políticas, pois ele é pago apenas aos municípios onde estão instaladas as usinas, no caso Capitão Leônidas Marques, dinamizando sua economia. No caso deste município, atualmente o ICMS pago por Salto Caxias encontra-se embargado por uma disputa judicial com Nova Prata do Iguaçu. De qualquer forma, a economia do município de Capitão Leônidas Marques está sendo dinamizada pela sua localização. Atualmente, o município encontra-se na divisa das regiões Oeste e Sudoeste, sendo caminho para o sul do País.

Sublinhe-se ainda a preocupação com a utilização dos *royalties* e ICMS, que devem ser utilizados de forma racional e direcionada para que continuem a garantir o desenvolvimento da região. Tais recursos devem ser empregados sempre de maneira a estimular a cadeia produtiva regional, respeitando as suas características e vocação natural.

### **3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MICRORREGIONAL: definições e percepções em Salto Caxias**

Para Andrade (1987), é complexo estabelecer o que se traduz por desenvolvimento econômico regional. Trata-se, segundo ele, de um processo desencadeado por um programa norteado por vários princípios: capital de cada região, população consciente e interessada em desenvolvimento e estabelecimento de políticas de desenvolvimento.

Esse processo implica maior produção e mudanças nas disposições técnicas e institucionais, pelas quais se chega ao desenvolvimento. Por isso, os fatores que condicionam a ocorrência do desenvolvimento econômico regional são: a disponibilidade dos fatores de produção (terra, trabalho, capital e recursos naturais), a organização institucional e o transporte, pois a proximidade entre localidades e regiões favorece o comércio de produtos, minimiza custos e diminui o capital aplicado. Assim, quanto mais bem servida e quanto melhores forem os meios de transporte (rodoviário, ferroviário, aquático etc.) ou os fatores de produção, mais oportunidades terá a região de crescer e elevar o nível de vida da população (KINDLEMBERGER, 1976).

Na mesma linha, Clemente (1994) afirma que o desenvolvimento regional refere-se à elevação do nível de qualidade de vida da população. Salienta ainda que essa elevação é observada com o crescimento do nível de renda, que deve ser superior ao crescimento demográfico. No entanto, a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* não se traduz necessariamente numa melhor distribuição de renda e, também, em garantias para um crescimento futuro da produção. Por isso, é importante um crescimento auto-sustentado. Isto significa que o processo de crescimento e desenvolvimento, uma vez desencadeado, apresentaria uma seqüência de fases, cada uma delas criando as condições necessárias para a fase seguinte.

Quanto ao efeito da organização institucional, Polèse (1998) salienta que o desenvolvimento econômico regional acontece quando há uma descentralização de políticas, deixando livres os espaços regionais. Assim, é importante observar a base econômica, permitindo que o capital, o trabalho e as tendências econômicas fluam como suporte da região, seja esta agrícola, industrial ou comercial. São as riquezas naturais das regiões aliadas ao fator humano (cultura, costumes, práticas de trabalho etc.) que adaptarão a economia aos moldes próprios de suas particularidades. Com esses suportes produtivos regionais traçar-se-ão planos de desenvolvimento aliadas ao dinamismo da economia nacional e mundial.

Como se observa, a idéia do desenvolvimento e de sua conceituação é por si só polêmica e distinta. Por essa razão, a análise do desenvolvimento econômico regional utilizada neste artigo parte da própria concepção das autoridades, órgãos públicos e representantes das comunidades da região de Salto Caxias sobre o desenvolvimento regional.

Essa questão foi feita a cinqüenta representantes e autoridades, incluindo empresários, reassentados, funcionários públicos (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio) e também a funcionários da Usina Hidroelétrica de Salto Caxias.<sup>1</sup> Partindo desses pressupostos, os representantes da Usina de Salto Caxias, do poder público e da sociedade civil foram diretamente questionados sobre sua percepção do que seja o desenvolvimento econômico microrregional e dos elementos para uma política de desenvolvimento na região de Salto Caxias. A opinião desses representantes foi importante, uma vez que os mesmos são responsáveis pelas ações que conduzem a uma melhoria da qualidade de vida e de crescimento da produção nas localidades em que participam.

### 3.1 A PERCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NAS ÁREAS ATINGIDAS PELO RESERVATÓRIO DE SALTO CAXIAS

Para os atingidos de Salto Caxias, o desenvolvimento regional baseia-se na melhoria da qualidade de vida e na geração de emprego e renda para as famílias. São necessários investimentos na criação de empregos, para a geração de renda, bem como programas conjuntos entre os municípios, visando torná-los parceiros e não concorrentes. Ressaltaram como modelo a existência de programas como o Pró-Caxias<sup>2</sup>, que visa à implantação de políticas agrícolas para o desenvolvimento regional.

Constata-se, assim, uma preocupação com o fator emprego, pois a população campezina deixa a lavoura para trabalhar nas cidades. Este problema não foi motivado apenas pelas instalações das usinas; trata-se de um problema que gira em torno de vários fatores: política agrária nacional, falta de recursos agropecuários, quantidade de terra insuficiente para o número de membros das famílias, oportunidades de emprego e renda em outras localidades etc.

Nota-se também a preocupação com o investimento nas fontes de renda. Sabe-se que, na região de Salto Caxias, a principal fonte de renda ainda é a agricultura familiar<sup>3</sup> (pecuária leiteira, aviários, sericultura, fumeicultura etc.). Assim, segundo os seus representantes, o desenvolvimento da região deve basear-se numa política de investimentos na pequena propriedade, bem como em fontes alternativas de renda possibilitadas pela criação do lago das hidroelétricas, fator pouco aproveitado até o momento.

Outro elemento de destaque é a preocupação em criar parcerias entre os municípios. Este é um fator positivo na conscientização de que unindo os pequenos municípios se fortalece a região. Pode-se afirmar que essa consciência é fruto dos programas desenvolvidos pelo Pró-Caxias, em que projetos de agricultura orgânica levam agricultores de vários municípios a participar de feiras que comercializam seus produtos, e mesmo da

---

<sup>1</sup>Para maiores detalhes ver Piacenti et al. (2003) e Lima et al. (2003).

<sup>2</sup>Trata-se do Programa de Desenvolvimento Integrado dos Municípios do Reservatório da Usina de Salto Caxias, criado a partir do alagamento da região atingida pela barragem de Salto Caxias, que abrange nove municípios. Para maiores detalhes ver Piacenti e Lima (2002).

<sup>3</sup>A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. [...] O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas." (ABRAMOVAY, 1997).

promoção de festas regionais que divulgam a cultura regional, a exemplo do município de São Jorge d'Oeste, que anualmente realiza festejos deste gênero destacando a região com o *slogan* "Terra dos Lagos do Iguazu".

No que se percebe, desenvolvimento regional é um conjunto de ações que, apoiado numa política específica, possibilita o bem-estar da população. Pode-se afirmar que uma região é desenvolvida quando existe crescimento econômico aliado a melhorias sociais. Porém, para que isto ocorra, faz-se necessária a integração regional em conformidade com os aspectos que norteiam cada região, ou seja, é preciso integrar o setor econômico às características socioculturais das regiões, bem como as tecnologias e peculiaridades que envolvam o trabalho e a preservação do meio ambiente.

## **4 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MICRORREGIONAL PARA A REGIÃO DE SALTO CAXIAS**

O desenvolvimento econômico regional implica a implementação de uma série de políticas ao longo dos anos e a ação coordenada dos órgãos de governança local. Dentre as políticas que serão apresentadas aqui algumas são de manutenção e outras de implantação de ações ou instalações que venham a subsidiar o dinamismo da região.

Por isso, foi elencada uma série de diretrizes e metas que podem nortear a ação desses municípios quanto à gestão do desenvolvimento local e da integração regional. Algumas destas políticas já estão sendo implementadas em alguns municípios, demandando, por essa razão, apenas a sua manutenção. Outras políticas são de caráter mais regional e sua implementação depende da negociação das áreas mais promissoras e estratégicas para sua implantação.

Outro elemento importante para as estratégias e políticas de desenvolvimento regional são os reservatórios das hidroelétricas, como se comenta a seguir.

### **4.1 USO ALTERNATIVO DOS RESERVATÓRIOS DAS HIDROELÉTRICAS**

O reservatório de uma usina hidroelétrica tem como finalidade essencial a geração de eletricidade. Assim, todas as ações relacionadas ao lago artificial de uma usina devem obedecer a essa função prioritária. Porém, o lago possui também um enorme potencial econômico para a região atingida em termos do aproveitamento das águas para turismo, pesca, navegação, recreação e lazer, entre outros.

Por isso, os usos alternativos dos reservatórios contribuem para o desenvolvimento econômico da região e, se obedecerem aos critérios e normas da usina e órgãos ambientais, não prejudicarão as funções originais do lago. Assim, a elaboração de planos e ações para utilização do reservatório como um recurso natural é necessária para um desenvolvimento sustentável na região lindeira.

Segundo Ramos (1998), os principais usos alternativos dos reservatórios de hidroelétricas são o turismo, a pesca, a navegação, a captação de água e recreação e lazer, que são opções que o lago oferece devido às suas características. Estes usos podem propiciar um processo de desenvolvimento regional sustentável, resultando em maiores benefícios, e, ainda, a viabilidade de usos múltiplos do reservatório.

A seguir, apresentam-se algumas alternativas de uso dos reservatórios que já beneficiam a região atingida e que poderão contribuir ainda mais para o seu desenvolvimento.

#### **4.1.1 TURISMO**

A atividade turística desponta como alternativa que pode se enquadrar em programa de desenvolvimento, funcionando como um instrumento de atividades produtivas e geradoras de empregos. É considerada força motriz de desenvolvimento, possibilitando a transferência de benefícios de regiões ricas para regiões mais pobres, contribuindo para um melhor equilíbrio entre as regiões. Os investimentos em infra-estrutura e desenvolvimento do turismo geram estímulos ao surgimento de outras atividades econômicas (RAMOS, 1998).

A principal vantagem do turismo como fonte geradora de renda é o baixo nível relativo de investimentos requeridos para a sua implantação, em comparação com os outros setores da economia, o que o torna recomendável para regiões com recursos financeiros escassos. A atividade turística desponta como uma grande "indústria" e com expectativa de crescimento futuro, a qual, se bem planejada, não polui o meio ambiente, não degrada os recursos naturais e pode contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico (RAMOS, 1998).

A região de Salto Caxias possui recursos e paisagens naturais que, aliados a uma infra-estrutura adequada, constituem atrativos turísticos que podem incrementar o desenvolvimento econômico regional.

#### **4.1.2 ATIVIDADE PESQUEIRA**

Entre os múltiplos usos que o reservatório pode propiciar, a pesca se destaca pela sua importância social, ecológica e econômica. Porém, a pesca de um reservatório está também sujeita às alterações que se sucedem às modificações do regime das águas pelo represamento, canalizações e retificações do regime de curso dos rios (MÜLLER, 1995).

Dentre os diversos tipos de pesca praticada, a mais representativa, neste caso, é a pesca como atividade econômica, procurando obter o máximo de rendimento sustentável com o mínimo de impacto ambiental. Para tanto, é necessária a presença de colônias de pescadores que legislem em favor destes e da preservação da fauna aquática. Além disso, as colônias de pescadores poderão administrar e gerenciar o negócio pesqueiro, promover o exercício e o desenvolvimento econômico da pesca, aumentar a população pesqueira das espécies de maior interesse, empregar recursos tecnológicos disponíveis nessa área e preservar espécies raras, mantendo a qualidade do ecossistema (RAMOS, 1998).

#### **4.1.3 NAVEGAÇÃO**

O escoamento de riquezas de uma região é fator determinante para seu desenvolvimento econômico e, neste sentido, o transporte é essencial para as transações econômicas regionais. Quanto mais meios de transporte a região possuir, maiores serão as possibilidades de exportar seus produtos com menor custo e maior lucratividade. Logo, o transporte hidroviário é uma excelente opção para as regiões atingidas por lagos de hidroelétricas, não só pelo baixo custo, mas também pelas demais vantagens comparativamente com outras formas de transporte.

Para Müller (1995), um reservatório é declarado legalmente apto para a navegação desde que seu concessionário/proprietário especifique a classe de hidrovia ou as cargas mais importantes a serem transportadas no sistema hídrico correspondente. Portanto, os tratados que criam barragens devem prever estudos, por parte da entidade, para o desenvolvimento da navegação. A partir da viabilidade desse tipo de transporte é preciso proporcionar infra-estrutura que possibilite o acesso ao lago através de portos e rotas para o transporte fluvial.

Entretanto, a decisão e o momento de implementar qualquer das alternativas dependem de ajustes diplomáticos, pois a navegação no lago é controlada por órgãos oficiais da federação que tratam da higiene, poluição, cargas perigosas, segurança e contrabando. No caso de lagos em região de fronteira com outros países, os acordos para navegação devem ser internacionais, obedecendo às legislações dos países em questão (RAMOS, 1998).

Em Salto Caxias, alguns atracadouros para balsas estão em funcionamento, permitindo a passagem de veículos de um lado para o outro da represa.

#### **4.1.4 CAPTAÇÃO DE ÁGUA**

Atendendo à realidade de cada usina hidroelétrica quanto às necessidades de volume de água para geração de energia, o lago pode ser ainda um reduto viável para captação de água para diversas finalidades, como irrigação, consumo, abastecedouros comunitários<sup>4</sup> etc.

Dentre essas finalidades, a irrigação talvez seja a mais interessante para as regiões pesquisadas neste trabalho, uma vez que a utilização racional desse recurso promove um incremento na produtividade e geração de empregos, o que pode ser o ponto de partida para o progresso tecnológico e para o crescimento econômico sobretudo nas pequenas propriedades (RAMOS, 1998).

Muitos entraves ainda impossibilitam a irrigação ao redor do lago de Salto Caxias, entre eles os custos de instalação e as exigências da administração da usina. A viabilidade de irrigação nas pequenas propriedades se daria com ações de financiamentos por parte dos governos estadual e federal, em conjunto com subsídios das hidroelétricas, além de uma política ambiental racionalizada e discutida com as comunidades ribeirinhas.

#### **4.1.5 RECREAÇÃO E LAZER**

A recreação e o lazer podem ser uma alavanca propulsora de desenvolvimento regional. Na busca de espaços prazerosos, os indivíduos podem encontrar no lago um local de descontração, esportes, passeios. Ao proporcionar lazer aos visitantes, os municípios lindeiros tornam-se pontos turísticos, atraindo pessoas de outras regiões e mesmo de outros países.

---

<sup>4</sup>Abastecedouro comunitário é a expressão utilizada para definir o abastecimento para os agricultores que necessitam de água para pulverizar suas plantações. Para que estes não encham os tanques com a água diretamente de rios ou fontes, o que acarretaria a contaminação da água com agrotóxicos, a empresa constrói caixas de água em locais distantes de rios, fontes e nascentes e todos podem usufruir da água sem perigo de contaminação.

Segundo Müller (1995), o lazer constitui um negócio lucrativo uma vez que:

- aumenta a procura por bens de consumo;
- proporciona oportunidades para criação de novos métodos de trabalho e aprimoramento técnico das pessoas, com ajustes às possibilidades locais;
- permite a recuperação física e psíquica das pessoas, melhorando a produtividade do tempo no trabalho.

No caso dos lagos artificiais, contudo, colocam-se a necessidade de pesquisa sobre a qualidade das águas destinadas a banhos e os espaços apropriados para determinados tipos de esportes náuticos e, principalmente, a preocupação com o meio ambiente, ou seja, com os impactos causados por esse tipo de aproveitamento. Ademais, cabe um estudo dos gostos e preferências das pessoas a serem atraídas, oferecendo-lhes opções de esportes, passeios, entretenimentos e descanso; de eventos culturais, como festas folclóricas e gastronômicas e educação ambiental; de locais de encontro, tais como bares e restaurantes; e artísticas, como artesanatos, pinturas, música, teatro, entre outras.

Para que essas e outras opções se realizem de forma a contribuir com o desenvolvimento regional, os projetos recreativos devem ser considerados já na etapa de planejamento do aproveitamento hidroelétrico, pois este tipo de uso implica providências prévias à formação do reservatório. Depois, na fase de operação do reservatório e do usufruto das instalações de lazer, este uso também exige boa qualidade das águas (RAMOS, 1998).

Na região de Salto Caxias, a topografia dificulta um pouco a formação de praias artificiais. Mesmo assim, nos municípios de Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu as praias artificiais já estão em funcionamento. Existem também condomínios particulares que atraem pessoas para a região do lago de Salto Caxias.

## **5 ESTRATÉGIAS PARA A DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL E MICRORREGIONAL**

Nenhuma prefeitura poderá ser uma dinamizadora local se não possuir recursos nem poder político para intervir. Por essa razão, a gestão dos recursos públicos é um elemento primordial nos municípios atingidos por lagos de hidrelétricas. Assim, os investimentos oriundos do setor público devem ter metas bem definidas e envolver a sociedade organizada em compromisso com as melhorias. Para tanto, a gestão dos municípios deve ser feita com transparência.

As políticas sugeridas neste artigo foram elencadas em quatro grandes áreas: economia, infra-estrutura, bem-estar social e meio ambiente.

No quadro 2 são elencadas algumas ações no tocante à Fazenda, Coordenação e Planejamento, as quais visam à transparência, informação e profissionalização das administrações municipais.

Tais ações, embora bastante simples, mostram-se eficazes se aplicadas de forma correta. Evidentemente, cada município tem seu estilo próprio de gestão e realidades diferenciadas. Atualmente, dadas as mudanças na legislação sobre a transferência dos recursos públicos do País e a carência desses recursos, o fortalecimento das receitas e a

melhoria no perfil dos funcionários públicos tornam-se essenciais para a administração pública. Quanto ao aumento das receitas, outras ações nas diversas áreas de atividades econômicas podem também contribuir na sua melhoria.

QUADRO 2 - AÇÕES DAS SECRETARIAS DA FAZENDA, COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS MUNICÍPIOS

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agilização das informações aos contribuintes.</li> <li>• Aumento das receitas próprias dos municípios.</li> <li>• Capacitação dos funcionários públicos municipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação, em todos os municípios, de postos informativos de atendimento aos contribuintes.</li> <li>• Apoio aos programas de combate à sonegação, através de Programas de Incentivo, Fiscalização e Conscientização dos contribuintes.</li> <li>• Realização, nas regiões, de cursos de pós-graduação em Gerenciamento de Cidades.</li> <li>• Melhorias na integralização, via internet, dos municípios ao governo do Estado para a obtenção de informações que hoje estão disponíveis no Paranacidade.</li> <li>• Captação de recursos no exterior.</li> </ul>

FONTE: Piacenti e Lima (2002)

Deve-se ressaltar que as receitas municipais dos municípios da região de Salto Caxias são as mais fragilizadas. Mesmo porque, apenas Capitão Leônidas Marques se beneficiou, até o momento, da arrecadação de impostos gerados na produção de energia. Um grande elemento de recomposição das finanças desses municípios serão os *royalties* pagos pela Usina de Salto Caxias – Copel.

Por outro lado, observa-se um certo marasmo na região quanto às possibilidades de captação de recursos no exterior. Como são regiões atingidas pelo alagamento causado por barragens hidroelétricas e que possuem um ecossistema modificado e sensível, reúnem características favoráveis para a apresentação de projetos a organismos internacionais e a formação de parcerias a favor do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, as associações dos municípios podem desenvolver um trabalho de parceria e de busca desses convênios.

## 5.1 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO: política de ações

Nos municípios analisados, a agropecuária é um forte balizador econômico pelas condições favoráveis à sua atividade. O cultivo das diversas culturas na região (soja, milho, trigo, arroz, feijão etc.), a busca por tecnologias que aumentem a produtividade e a força cultural que a terra exerce sobre a população são apenas alguns dos aspectos que fazem da agropecuária uma característica marcante na região de Salto Caxias.

Ressalte-se que o desenvolvimento regional integrado dos municípios atingidos ocorrerá com ações conjuntas para melhorar e aumentar a infra-estrutura, a renda regional e principalmente a qualidade de vida (educação, saúde, lazer etc.). Além disso, é importante promover o desenvolvimento integrado de forma sustentável, isto é, que se perpetue para as gerações futuras. Segundo os entrevistados, o foco principal das ações é sobretudo a agricultura.

Para o desenvolvimento e dinamização da agricultura, é preciso a implementação de tecnologias que viabilizem a produção, aumentando capital e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores.

Por outro lado, a agricultura aumentará seu dinamismo, gerando mais emprego e renda, no momento em que as cidades tiverem pólos industriais de beneficiamento dos produtos agrícolas, dando maiores possibilidades à transformação do setor primário em secundário. Por isso, a necessidade constante de se implantarem agroindústrias na região.

Na busca da reconversão das Unidades de Produção Agropecuária (UPA), que resultam em alterações significativas na matriz produtiva regional, com vistas à formação e capacitação de técnicos e agricultores, ao aumento da produção e produtividade agropecuária, à geração de emprego, ao aumento da renda e à agregação de valor pela transformação e beneficiamento da produção, tem-se, como linhas gerais orientadoras dos investimentos regionais, as diretrizes expostas no quadro 3 a seguir.

A agricultura das regiões atingidas, mesmo com algumas alterações no microclima, possui um grande potencial. Sua dinamização torna-se primordial porque muitos municípios ainda a têm como elemento mais importante de sua economia. Algumas ações neste setor poderão melhorar sensivelmente a arrecadação de impostos e a ocupação da mão-de-obra com baixa qualificação. Além disso, trarão outros benefícios para a qualidade de vida das famílias. A região de Salto Caxias tem na agricultura familiar a maior característica do seu perfil agropecuário, sendo urgentes, portanto, políticas de proteção a esse tipo de produção agropecuária. Nessas políticas, o associativismo e o apoio à transformação local da produção são elementos importantes.

Apesar da preocupação patente com a industrialização, que permeia o desenvolvimento regional, deve-se ter em conta que qualquer processo de desenvolvimento deve estar calcado numa agricultura forte e no incentivo às pequenas e microempresas (PME). Por isso, ações para melhorar a produtividade agropecuária e das PME garantirão uma melhor distribuição de renda no futuro. O associativismo na formação dessas empresas poderá ser um instrumento de sucesso quando bem estruturado e acompanhado da urbanização.

Para Accarini (1987), quanto mais se desenvolver o urbano, mais se desenvolve a agricultura. As cidades estruturadas otimizam os espaços para produção desde que exista um modelo de desenvolvimento rural, baseado no impacto urbano-industrial sobre a agricultura. Este é um modelo que requer um inter-relacionamento entre agricultura e centros urbano-industriais, que, sendo considerados fontes geradoras de desenvolvimento econômico e estando mais próximos, poderiam proporcionar mercados mais dinâmicos para a comercialização de excedentes e maior acesso ao sistema financeiro para obtenção de recursos para modernização tecnológica.

Assim, a preocupação das lideranças e das associações quanto ao papel fundamental da agricultura é pertinente, visto que este é o setor que dá sustentabilidade econômica à região, pois ao final de cada ciclo há uma inserção maciça de recursos nas atividades produtivas locais. Além disso, uma boa parte das famílias que habitam nos municípios analisados tem sua ocupação em atividades ligadas diretamente à agricultura, e por isso sofre diretamente os efeitos perversos da falta de políticas de apoio à agricultura familiar.

Se as cidades não possuírem infra-estrutura suficiente para a industrialização do excedente agrícola, este deixará a região para ser beneficiado nos grandes centros urbanos e industriais do País, dando a estes um lucro que poderia ser aproveitado na sua região de origem.

QUADRO 3 - AÇÕES NA ÁREA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo e rentabilização para a atividade leiteira.</li> <li>• Produção de hortigranjeiros.</li> <li>• Lazer e recreação.</li> <li>• Saneamento básico ambiental.</li> <li>• Produção suinícola.</li> <li>• Desenvolvimento de fruticultura, floricultura e culturas alternativas.</li> <li>• Capacitação profissional.</li> <li>• Infra-estrutura das propriedades.</li> <li>• Agregação de valor via industrialização dos produtos agropecuários regionais (derivados de leite, derivados de carne, conservas, compotas e frutas secas, filetagem de peixes, sucos, mandioca, embalagem do mel, açúcar mascavo, bolachas, aguardente, cerealista, entre outros).</li> <li>• Estabelecimento de linhas de crédito.</li> <li>• Apoio à piscicultura.</li> <li>• Fortalecimento do Programa Paraná 12 Meses e dos centros regionais de capacitação e pesquisa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de centrais de negócios em cada associação de municípios</li> <li>• Formação de cooperativas ou associações de produtores conforme suas atividades ou demandas.</li> <li>• Diminuição da importação de produtos hortigranjeiros.</li> <li>• Aquisição de materiais e equipamentos para irrigação.</li> <li>• Aquisição de materiais e equipamentos para a produção em estufas.</li> <li>• Introdução de unidades demonstrativas de produção leiteira.</li> <li>• Aquisição de novilhas e investimento na melhoria genética do rebanho leiteiro, visando à elevação da produção e produtividade leiteira.</li> <li>• Aquisição de ensiladeiras.</li> <li>• Implantação de pequenas agroindústrias nos municípios de acordo com estudos de custo/benefício.</li> <li>• Criação de um selo regional de identificação de qualidade.</li> <li>• Aquisição de materiais para a construção de abastecedouros comunitários e de pequenas represas.</li> <li>• Aquisição de materiais para a proteção e limpeza de poços comunitários.</li> <li>• Aquisição de equipamentos e materiais para a construção de banheiros e sistemas hidrossanitários com fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro.</li> <li>• Aquisição de materiais e equipamentos para a construção de depósitos de dejetos de animais (composteira) e minhocário para a utilização como insumo orgânico.</li> <li>• Incentivo ou criação de cooperativas de suinocultura de ciclo completo para a produção de matrizes.</li> <li>• Linhas de crédito destinadas à construção de instalações de ciclo completo para a produção de suínos e a aquisição de materiais para a criação e terminação de suínos.</li> <li>• Cursos nas áreas de agricultura, pecuária e economia doméstica.</li> <li>• Construção de instalações para unidades de pesquisa e fomento da fruticultura e culturas alternativas.</li> <li>• Aquisição de equipamentos e materiais para as unidades de pesquisa e fomento da fruticultura e culturas alternativas.</li> <li>• Aquisição de um <i>packing house</i> de frutas tropicais com câmara de maturação.</li> <li>• Estabelecimento de linhas de crédito para custeio e investimento conforme os sistemas de produção e a capacidade de pagamento deste sistema de produção.</li> <li>• Abertura de linhas de crédito para capital de giro destinadas a empreendimentos agroindustriais.</li> <li>• Aquisição de equipamentos para a formação de patrulhas rodoviárias.</li> <li>• Melhorias na estrutura do pescado de água doce.</li> <li>• Linhas de crédito para o financiamento de açudes para a piscicultura.</li> <li>• Implantação de entrepostos de mel e subprodutos apícolas, visando à padronização e melhoria da qualidade de novos canais de comercialização da produção.</li> <li>• Criação de fundos locais para a agricultura familiar.</li> </ul>

FONTE: Piacenti e Lima (2002)

As municipalidades da região de Salto Caxias, mesmo não estando recebendo até a presente data as compensações financeiras, podem realizar estudos de aproveitamento e integração agrícola e urbana para resolver alguns problemas de desemprego, êxodo rural e desestímulo comercial. Exemplos concretos deste tipo de impulso local na transformação dos produtos agropecuários estão sendo desenvolvidos em Capanema e nos municípios da fronteira Sudoeste com as microusinas de açúcar mascavo.

Outro elemento importante na agropecuária dos municípios atingidos é a absorção tecnológica. Esta é uma questão polêmica, pois se por um lado propicia o aumento da produtividade, e, com isso, maior renda ao produtor, pode causar também a dispensa da mão-de-obra pouco qualificada. Assim, deve-se ter uma visão bem clara das tecnologias que venham ao encontro das necessidades imediatas das propriedades, da manutenção da sua atividade produtiva e do perfil de sua mão-de-obra empregada.

Com relação às tecnologias aplicadas na agricultura da região, além das que foram citadas existem programas ligados à agricultura orgânica e instalação de agroindústrias. Contudo, poucas são as propriedades que dispõem de tecnologias na área de irrigação e piscicultura, que poderiam ser viabilizadas com o uso alternativo do reservatório, desde que respeitados a legislação e os parâmetros técnicos de operação da usina.

## **5.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO: alternativa para os reservatórios**

O turismo é uma das áreas que mais prometem, em termos de dinamização da economia dos municípios atingidos pelos reservatórios de usinas hidroelétricas. O debate sobre sua implementação ganhou bastante espaço na região de Salto Caxias, principalmente porque as atividades turísticas vêm dinamizar o uso dos reservatórios e a geração de empregos para uma boa parcela da população sem instrução.

Para melhorar o perfil turístico da região, são necessárias algumas ações pontuais, a saber:

- levantamento do potencial turístico e da infra-estrutura;
- criação de rotas turísticas entre os municípios;
- divulgação e formação de parcerias junto às operadoras para a criação de pacotes turísticos.

No quadro que se segue foram elencadas algumas ações que poderão melhorar o perfil de atração da região de Salto Caxias.

A região tem um grande potencial turístico, dadas as suas características geográficas e culturais. A melhoria na área do turismo, contudo, só será uma realidade mediante ações conjuntas dos municípios na divulgação desse potencial e no incremento de sua infra-estrutura.

Além disso, o turismo será um poderoso agente dinamizador das economias locais, pois poderá ser utilizado como instrumento de fortalecimento das micro e pequenas empresas e como fonte de renda alternativa para os produtores rurais.

QUADRO 4 - AÇÕES PARA A DINAMIZAÇÃO DO TURISMO

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Buscar a mobilização, a conscientização e a organização da comunidade regional para a criação de uma rota turística, como caminho para o desenvolvimento do turismo, tendo em vista a sustentabilidade do meio ambiente e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população.</li> <li>• Buscar investimentos públicos e privados na área do turismo, priorizando o acesso asfáltico a todos os municípios da região, os aeroportos regionais e as pontes.</li> <li>• Incentivar a pesquisa para o resgate da cultura, o desenvolvimento das artes, do turismo rural, do agroturismo e do turismo ecológico.</li> <li>• Incentivar a formação e capacitação de pessoal para a área do turismo, tendo em vista a integração dos municípios da região, desta com o Mercosul e com os demais estados da Federação.</li> <li>• Implantar e manter, de forma integrada, programas continuados de recuperação do meio ambiente, através da campanha da cidade limpa, recuperação dos rios, coleta seletiva e adequado tratamento do lixo.</li> <li>• Desenvolver o turismo interno, criando condições para que a população local conheça a sua cidade e região como alternativas de economia e entretenimento.</li> <li>• Oferecer condições para que a iniciativa privada possa investir na infra-estrutura turística, construindo hotéis, pousadas, e em produtos turísticos para o lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a formação de consórcios para o desenvolvimento turístico da região.</li> <li>• Melhorar o plantio de árvores às margens das estradas com adensamento junto aos povoados e em locais equidistantes que servirão de abrigo para observar a paisagem da região.</li> <li>• Organizar uma comissão de mobilização das comunidades regionais para a execução de obras internacionais ou interestaduais.</li> <li>• Reunir empresários da região através das associações do comércio e da indústria para incentivar investimentos em infra-estrutura turística.</li> <li>• Promover, através de um plano de <i>marketing</i>, a imagem da região e seus produtos turísticos.</li> <li>• Elaborar mapas e guias turísticos das regiões.</li> <li>• Fazer estudos sobre trilhas ecológicas, cascatas e vales em parceria com os proprietários, no sentido de implementar projetos de lazer.</li> <li>• Implantar um projeto de arborização urbana em todas as cidades da região.</li> <li>• Organizar campanhas de conscientização e educação para o turismo junto às escolas em todos os municípios.</li> <li>• Organizar cursos de capacitação e/ou oficinas educativas sobre como formar educadores para o turismo.</li> <li>• Organizar uma comissão de estudos na área de educação e conscientização para o turismo, com a participação de todas as entidades da região envolvidas com a educação.</li> <li>• Fazer o inventário turístico de cada município, em consonância com o plano nacional de municipalização do turismo da Embratur.</li> <li>• Elaborar estudos sobre a formação de rotas turísticas no interior, para incrementar o turismo rural, associado ao agroturismo, como uma alternativa de renda para a pequena propriedade rural.</li> <li>• Estudar e implantar trilhas ecológicas na região.</li> </ul>

FONTE: Piacenti e Lima (2002)

### 5.3 INDÚSTRIA E COMÉRCIO: análise, políticas e ações rumo ao desenvolvimento integrado

Na região de Salto Caxias, nem todos os municípios possuem associações comerciais e industriais organizadas, e muitos dos empresários esperam do poder público ações que subsidiem e incentivem os investimentos na região. Desse modo, as políticas de desenvolvimento regional devem promover ações que apontem mercados externos, possibilitando um estímulo para a produção e comércio da região.

O quadro a seguir apresenta algumas ações para a dinamização da indústria e comércio de regiões atingidas.

Em todo o caso, a busca de investimentos externos às regiões é uma constante e um sonho das administrações locais. Mas, o capital se faz em casa e, principalmente por isso, o apoio às PME e a dinamização do associativismo para a transformação e agregação de valor à produção local tornam-se um instrumento eficaz na geração de emprego e renda, e também na mudança do perfil produtivo desses municípios.

QUADRO 5 - AÇÕES PARA A DINAMIZAÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilidade de acesso aos mercados.</li> <li>• Criação e expansão dos mercados, inclusive o mercado externo (exportações).</li> <li>• Implementação de novas tecnologias visando reduzir os custos de produção.</li> <li>• Especialização da mão-de-obra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de uma eficiente estrutura de transporte e distribuição da produção.</li> <li>• Fortalecimento das associações comerciais e industriais para melhorar a competitividade dos produtos no mercado.</li> <li>• Treinamento e profissionalização da mão-de-obra através de cursos e intercâmbios.</li> <li>• Criação de incubadoras de empresas.</li> <li>• Fomento à formação de cooperativas de produção, voltadas principalmente para a transformação dos insumos locais.</li> <li>• Incentivo à formação de redes de informação entre os empresários e criação de câmaras setoriais para implementar a melhoria na prestação de serviços e a eficiência produtiva.</li> <li>• Incentivos à modernização dos parques tecnológicos locais, com programas de financiamentos e subsídios via Prefeituras Municipais, Associações Comerciais e as micro e pequenas empresas.</li> <li>• Incentivo ao associativismo local, principalmente na formação de empresários rurais.</li> </ul>

FONTE: Piacenti e Lima (2002)

### 5.3.3 ESTRATÉGIAS PARA A DINAMIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL BÁSICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INFRA-ESTRUTURA

As obras em infra-estrutura devem ter três alvos principais: melhoria das vias de transporte, formas de produção e comércio, preservação ambiental e melhoria na qualidade de vida.

Por isso, suas ações devem facilitar o acesso aos produtores e consumidores, garantir a utilização racional dos recursos e tornar mais fácil e digna a vida dos cidadãos.

Neste sentido, nota-se em muitos municípios, principalmente na região de Salto Caxias, uma despreocupação com a urbanização. Se forem implementadas ações na área de turismo, as melhorias no aspecto físico e na qualidade de vida devem ser levadas em conta, pois as cidades, neste contexto, tornam-se centros de visitação e lazer, com a circulação de considerável número de pessoas.

Além disso, a infra-estrutura deve ser um elemento minimizador de custos para o empresário. Ações bem direcionadas e planejadas quanto ao acesso aos mercados e aos meios de comunicação e ao escoamento de mercadorias tornam-se elementos de competitividade da economia local (quadro 6).

QUADRO 6 - AÇÕES EM OBRAS PÚBLICAS, SANEAMENTO, HABITAÇÃO E COMUNICAÇÕES

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitamento do rico potencial hídrico da região.</li> <li>• Melhorias e ampliação das redes telefônicas.</li> <li>• Construção de moradias populares na zona urbana e rural.</li> <li>• Construção e ampliação das redes de esgoto e redes de distribuição de água, incluindo o tratamento para ambos os casos.</li> <li>• Instalação de usinas de reciclagem do lixo.</li> <li>• Programa de preservação das fontes de água.</li> <li>• Aquisição de caminhões para a coleta seletiva de lixo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de programas de orientação a investimentos na construção de marinas e áreas de lazer.</li> <li>• Construção de unidades habitacionais nos municípios.</li> <li>• Implantação de usinas de reciclagem e compostagem de lixo.</li> <li>• Aquisição de caminhões coletores para coleta seletiva.</li> <li>• Construção de módulos sanitários (fossa séptica e sumidouro).</li> <li>• Obras de canalização de esgoto cloacal.</li> <li>• Construção de estações de tratamento (decantação).</li> <li>• Execução de redes de distribuição de água.</li> </ul>

FONTE: Piacenti e Lima (2002)

Sendo assim, além das ações expostas no quadro anterior, devem ser discutidas outras ações com empresários, agricultores e cidadãos, conforme as características de cada município, para fortalecer a economia local e melhorar a habitabilidade das regiões.

Além das ações elencadas, relativas à melhoria da estrutura física, são apontadas a seguir algumas metas e diretrizes na área de ciência e tecnologia (quadro 7).

QUADRO 7 - AÇÕES NA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento da atualização científico-técnica.</li> <li>• Contribuição para o aumento da capacidade de desenvolvimento através da otimização do uso dos recursos produtivos.</li> <li>• Formação e capacitação profissional.</li> <li>• Atuação na garantia e melhoria da qualidade e competitividade dos produtos e processos produtivos da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção, manutenção e equipamento dos seguintes laboratórios regionais:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>- reprodução, anatomia, patologia, histologia, parasitologia e microbiologia animal</li> <li>- produtos de origem animal</li> <li>- análises químicas de medicamentos</li> <li>- análises físico-químicas e bacteriológicas da água</li> </ul> </li> <li>• Construção e implantação de um hospital veterinário com laboratórios de análises clínicas.</li> <li>• Aquisição de equipamentos para o laboratório de bromatologia.</li> <li>• Aquisição de equipamentos, máquinas e implementos para a experimentação agropecuária, equipamentos para medir as condições ambientais em parcelas experimentais.</li> <li>• Reequipagem e manutenção da estação meteorológica e de uma sala de preparo e armazenagem de amostras.</li> <li>• Aquisição de máquinas e equipamentos específicos para a unidade de produção agrícola.</li> <li>• Aquisição de programas e computadores para o desenvolvimento de modelos matemáticos de análise e planejamento de sistemas de produção agropecuária.</li> <li>• Implantação de incubadoras de base tecnológica nos municípios da região.</li> <li>• Desenvolvimento de programa de pesquisa em qualidade de <i>software</i>.</li> <li>• Promoção do acesso à internet para as instituições regionais, especialmente escolas, em consonância com programas governamentais de informatização do ensino.</li> <li>• Formação e capacitação de professores da rede estadual de ensino para uso da ferramenta computador no processo de ensino aprendizagem.</li> <li>• Realização de cursos de formação de mão-de-obra especializada para o setor produtivo.</li> <li>• Implantação de um pólo de aquicultura com os seguintes desdobramentos:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de capacitação em aquicultura</li> <li>- Laboratório de ictio-patologia</li> <li>- Laboratórios de águas</li> <li>- Geração, adaptação e transferência de tecnologia em aquicultura</li> <li>- Programa de proteção ambiental dos recursos hídricos da região</li> <li>- Programas de organização dos produtores de peixes</li> <li>- Programa de beneficiamento e industrialização do pescado cultivado</li> </ul> </li> <li>• Implantação da unidade de gestão e estudo de mercado para os produtos do pólo.</li> </ul>

FONTE: Piacenti e Lima (2002)

O balizador da criação de uma infra-estrutura em ciência e tecnologia, para maximizar seus benefícios, deve ser regional. Neste sentido, a melhor estratégia seria a formação de um consórcio de municípios, mesmo porque os investimentos em ciência e tecnologia envolvem uma soma considerável de recursos.

De qualquer forma, esse investimento será o elemento principal para a criação de um padrão de qualidade regional e o acesso aos mercados estrangeiros. Além disso, poderá servir de instrumento na prestação de serviços para outras regiões e difundir o seu potencial. Atualmente, nenhum investimento e desenvolvimento são viáveis sem o conhecimento e a capacidade de integrá-los à estrutura de produção local preexistente.

### 5.3.4 ESTRATÉGIAS PARA A DINAMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL, DA QUALIDADE DE VIDA E DO MEIO AMBIENTE

As ações na área de educação são primordiais, principalmente quanto ao acesso, incentivo e qualidade no ensino. Quanto ao acesso, além da aquisição e/ou contratação de veículos para o transporte escolar (quadro 8), devem ser priorizadas ações de incentivo à permanência nas escolas.

QUADRO 8 - AÇÕES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar o acesso às escolas.</li> <li>• Qualificar professores e funcionários.</li> <li>• Melhorar a infra-estrutura física e de ensino nas escolas.</li> <li>• Criar programas de estímulo à permanência dos alunos na escola.</li> <li>• Criar programas de estímulo à alfabetização de adultos e de valorização da educação.</li> <li>• Prover a região de investimentos adequados, para que ela possa dispor da infra-estrutura necessária, como Casa de Cultura, em nível de municípios; Centros Microrregionais, para eventos culturais; Centros Regionais, para Convenções; Casa da Cultura Indígena e Museus.</li> <li>• Promover o fortalecimento dos movimentos tradicionalistas da região.</li> <li>• Desenvolver programas de formação e capacitação de recursos humanos que possam atuar na área das artes, integrando as mais diferentes entidades da região e do Estado, através de incentivos fiscais.</li> <li>• Promover campanhas regionais de conscientização, de forma permanente, para sensibilizar a população sobre a importância do resgate histórico cultural e da promoção e consumo da cultura.</li> <li>• Criar condições para que a região possa participar de festivais em nível de Estado, País e Mercosul, mostrando a sua arte, promovendo o movimento étnico com recursos. Contratar professores especialistas em danças, teatro, música, canto etc.</li> <li>• Criar programas de estímulo à alfabetização de adultos e de valorização da educação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adquirir veículos para transporte escolar.</li> <li>• Instalar e equipar bibliotecas, videotecas e ludotecas escolares.</li> <li>• Equipar escolas com laboratórios e redes de informática.</li> <li>• Ampliar espaços físicos das escolas técnicas de nível médio e ensino fundamental.</li> <li>• Instalar, junto aos centros tecnológicos e escolas técnicas, alojamentos para estudantes.</li> <li>• Instalar centros de educação ecológica ambiental.</li> <li>• Promover programa de continuação prolongada do ensino.</li> <li>• Qualificar docentes leigos da educação infantil e fundamental.</li> <li>• Promover a utilização racional dos centros tecnológicos já existentes e implementação de novos.</li> <li>• Qualificar profissionais para as áreas de laboratórios de informática.</li> <li>• Promover a produção e aquisição de material didático pedagógico.</li> <li>• Promover o programa de integração dos meios produtivos com os sistemas educacionais.</li> <li>• Criar incentivos e dotar recursos para que cada um dos municípios tenha a sua Casa da Cultura.</li> <li>• Construir centros microrregionais para a promoção de eventos culturais, como festivais de teatro, de música e dança e exposição de pinturas e artesanato.</li> <li>• Apoiar, com recursos orçamentários, a construção do Centro Regional de Convenções para a promoção de eventos de caráter nacional e internacional.</li> <li>• Implementar projeto de museu para o levantamento dos bens culturais da região com a participação de escolas.</li> <li>• Construir Casas de Cultura Indígena.</li> <li>• Organizar e desenvolver de forma permanente cursos e/ou oficinas de capacitação de professores de artes.</li> <li>• Organizar e divulgar campanhas regionais sobre a importância de resgatar e promover a cultura da região.</li> <li>• Organizar a participação de grupos de artes em eventos na região e fazer o intercâmbio com outras regiões do País e do exterior.</li> </ul>

FONTE: Piacenti e Lima (2002)

Os dados sobre o perfil socioeconômico da região de Salto Caxias demonstram um alto índice de evasão escolar. Por isso, pode-se aliar programas de renda mínima em conjunto com o acesso à educação, ou até mesmo vincular a assistência social com a permanência dos filhos na escola.

Em todo caso, as ações expostas no quadro 7 devem ser discutidas no âmbito dos Núcleos Regionais de Educação (NRE), Secretarias Municipais de Educação, sindicatos de professores e funcionários e das associações de pais, pois são diretrizes e metas que podem e devem ser alteradas em função da realidade de cada município.

Já as ações na área da cultura devem priorizar a formação, resgate e manutenção da identidade regional. Essas ações tornam-se pertinentes para os programas de integração regional, além de constituírem subsídios para as atividades de turismo.

Além das ações na área de educação e cultura, outro setor bastante delicado na região é a saúde, o qual tem seus problemas largamente agravados pelas carências sociais e pela falta de programas de assistência permanentes.

As carências da região de Salto Caxias vão desde a falta de profissionais nas áreas específicas até a necessidade de infra-estrutura hospitalar. Por isso, em alguns casos, a criação desta infra-estrutura pode ser regionalizada através de consórcios entre os municípios.

Ademais, podem ser estruturadas ações de educação para a saúde em conjunto com programas de educação ambiental no currículo escolar. Nos quadros 9 e 10 são apresentadas algumas ações que variam, em seu grau de aplicabilidade, de município para município, cujo sucesso dependerá de sua discussão em âmbito municipal e regional.

QUADRO 9 - AÇÕES NA ÁREA DA SAÚDE

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Construção de centros especializados de saúde nas mais diversas áreas de maior carência nos municípios e na região.</li><li>• Ações de saúde preventiva.</li><li>• Ações de educação para a saúde.</li><li>• Formação de agentes comunitários de saúde.</li><li>• Implantação de Saneamento Básico.</li><li>• Programas de prevenção às doenças transmitidas por animais domésticos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Programas na área de saúde com a implantação de centros de atendimento especializado à saúde.</li><li>• Melhoria e ampliação da infra-estrutura hospitalar regional em áreas não atendidas.</li><li>• Ampliação da atenção à saúde ocupacional.</li><li>• Capacitação dos membros dos Conselhos Municipais de Saúde.</li><li>• Programa de saúde para a população indígena, mediante parceria entre a Funai, Ministério da Saúde e Secretaria da Saúde Estadual e Municipal.</li><li>• Viabilização urgente da rede de esgoto.</li><li>• Implantação de serviços de recolhimento de animais domésticos abandonados (carrocinha).</li><li>• Campanha anual de vacinação anti-rábica em animais domésticos e do campo.</li></ul>

FONTE: Piacenti e Lima (2002)

Ressalte-se que a qualidade de vida, e com ela as melhorias na saúde pública, estão diretamente ligadas à educação, às ações ambientais e principalmente à preservação e manutenção dos recursos naturais locais, principalmente a água e o ar. Por essa razão, ações no campo ambiental, mais do que preservar o ecossistema, vêm garantir uma melhoria na habitabilidade dos municípios. As ações nesse campo podem ser visualizadas no quadro a seguir.

Muitas dessas ações na área ambiental já vêm sendo executadas pelas prefeituras, em parceria com as usinas e o governo estadual. No entanto, elas devem ser permanentes para garantir a sustentabilidade dos recursos naturais.

A criação de Comitês de Bacias Hidrográficas é uma meta que deve ser executada o mais breve possível. Essa ação é imprescindível frente à legislação sobre recursos hídricos. Além disso, um comitê irá regular a cobrança pelo uso e poluição das águas, o que vai gerar recursos para a implementação de outras ações, como programas de educação ambiental, manejo e coleta de vasilhames de agrotóxicos, programas de conservação do solo etc.

QUADRO 10 - AÇÕES NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação ambiental, reflorestamento e coleta seletiva de lixo.</li> <li>Alocação de recursos para a formação de um fundo regional para financiamento das atividades florestais nos municípios parceiros no projeto regional de reflorestamento.</li> <li>Implantação de unidades demonstrativas com composição de espécies nativas.</li> <li>Aquisição de equipamentos para a estruturação de usinas de reciclagem de lixo e usinas de tratamento de esgoto.</li> <li>Programas para o recebimento de ICMS ecológico pelos municípios.</li> <li>Intensificação de ações que visem à recuperação das espécies raras e ameaçadas na fauna e na flora.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de Comitês de Bacias Hidrográficas</li> <li>Programa de educação ambiental:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>fôlderes educativos</li> <li>produção de materiais didáticos</li> </ul> </li> <li>Criação de linhas de crédito para reflorestamento ciliar.</li> <li>Manutenção de centros de experimentação florestal.</li> <li>Aquisição de equipamentos e materiais para uma unidade de produção e beneficiamento de sementes de espécies florestais.</li> <li>Construção, ampliação e melhorias nas centrais de recebimento e reciclagem de embalagens de lixo tóxico.</li> <li>Aquisição de materiais e equipamentos para uma central de recebimento e reciclagem de lixo tóxico.</li> <li>Intensificação de viveiros e distribuição de mudas de pinheiros, araucárias, embuias, perobas, cedros, erva-mate etc., que fazem parte da lista de vegetais em extinção nas regiões atingidas.</li> <li>Criação de um observatório do desenvolvimento sustentável das regiões.</li> </ul>

FONTE: Piacenti e Lima (2002)

Deve-se salientar que as ações ambientais não são isoladas. Junto a elas, ações na área de educação, agropecuária e de saúde pública devem ser implementadas. Assim, pensar no meio ambiente é pensar no desenvolvimento sustentável das regiões para os próximos anos.

As ações na área de saúde, educação e meio ambiente podem ser estruturadas em conjunto com ações na área social. Por exemplo, a educação para a saúde pode ser feita em conjunto com atividades de prevenção de acidentes de trabalho. Além disso, os indivíduos que demandam a assistência social poderiam ser induzidos a fazer cursos de reciclagem profissional.

No quadro a seguir são elencadas ações na área de trabalho, cidadania e assistência social.

QUADRO 11 - AÇÕES PARA O TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualificação profissional.</li> <li>Geração de emprego e renda.</li> <li>Resgate da cidadania (documentos).</li> <li>Manutenção dos albergues existentes e apoio à construção de novos.</li> <li>Centro de tratamento e reabilitação sócio-emocionais e clínicos.</li> <li>Apoio à construção de centros comunitários.</li> <li>Repasses financeiros permanentes, <i>per capita</i>, para a área de assistência social com recursos do Estado.</li> <li>Programas de segurança e qualidade alimentar.</li> <li>Criação de planos de assistência social.</li> <li>Criação de programas que incentivem o trabalho registrado em carteira na região.</li> <li>Estímulo à união dos trabalhadores autônomos e rurais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cursos nas áreas de agroindústria, construção civil, técnicas comerciais e técnicas domésticas.</li> <li>Criação de cooperativas comunitárias de trabalho e produção.</li> <li>Redução do índice de pessoas carentes com falta de documentação.</li> <li>Manutenção do programa de renda mínima (com seus sub-programas) para todos os municípios da região.</li> <li>Construção de albergues na região e manutenção dos já existentes.</li> <li>Construção de centros de tratamento e reabilitação socioemocional e clínicos.</li> <li>Construção de centros comunitários e ampliação das ações socioculturais.</li> <li>Construção de casas-lar para os idosos de âmbito regional.</li> <li>Viabilização de instalações dos programas Primeiro Emprego e Coletivos do Trabalho, que são realizados no estado do Rio Grande do Sul.</li> <li>Incentivo à criação de Sindicatos dos Trabalhadores Autônomos e cooperativas rurais por área de culturas.</li> </ul>

FONTE: Piacenti e Lima (2002)

O balizador das ações na área de assistência social é a cidadania, e não o assistencialismo. Por isso, sugere-se que algumas ações devam estar vinculadas à obrigatoriedade da qualificação profissional e da condição escolar.

Mesmo assim, todas as ações devem ser balizadas por um plano ou programa de assistência social. Outros programas, como o de segurança alimentar, podem ser vinculados a trabalhos comunitários ou à coleta seletiva de lixo.

As ações relacionadas nesta seção são uma referência para ações ligadas ao desenvolvimento urbano e regional dos municípios atingidos pelas barragens. Sua implementação, em grande parte, dependerá do debate com a sociedade organizada, técnicos e líderes locais. Além disso, servem também de suporte para as políticas de desenvolvimento que vêm sendo implementadas por alguns municípios, principalmente nas áreas de meio ambiente e agricultura.

Por outro lado, o sucesso dessas ações dependerá, em grande parte, da boa vontade política dos administradores, da busca conjunta de recursos e da continuidade de sua implementação por parte das administrações futuras. O marco destas ações deverá ser sempre a transparência e a definição clara das metas a serem atingidas. Assim, será possível conseguir melhorias na qualidade de vida e no progresso das regiões no menor espaço de tempo possível.

## 6 CONCLUSÃO

Como sugestão para uma estratégia de desenvolvimento econômico microrregional na região de Salto Caxias, o presente artigo apresentou uma série de ações para os municípios atingidos pelo lago da Hidroelétrica de Salto Caxias. Essas ações visam a um direcionamento dos recursos compensatórios para investimentos sociais e produtivos dos municípios.

Dentre as propostas apresentadas destacam-se as dos setores agropecuário e turístico, que são potencialidades econômicas para a região. Além destas, outras diretrizes e metas foram traçadas para a contínua melhoria dos setores sociais e ambientais que já estão em andamento. Essas peculiaridades, aliadas às políticas de desenvolvimento regional, possibilitarão um desenvolvimento sustentável para a região analisada.

Ressalte-se que os *royalties*, o retorno do ICMS, a geração de energia e os programas e ações sugeridos neste artigo serão instrumentos de revitalização e maximização desse desenvolvimento. Com isso, a região terá mais condições de melhorar sua infra-estrutura e criar uma estrutura produtiva capaz de competir no mercado externo. Essa competitividade gera crescimento econômico, que, aliado a melhorias e investimentos sociais, possibilitará maior qualidade de vida à população e ao meio ambiente a longo prazo.

No entanto, a microrregião de Salto Caxias ainda carece de grandes investimentos sociais, sobretudo para melhorar o perfil educacional de sua população. Os investimentos feitos por Salto Caxias, intitulados "compensatórios", e a aglutinação das municipalidades, com o Pró-Caxias, em muito vêm contribuir para o futuro da região, mas necessitam de uma linha básica de ações. A mera transferência de recursos, sem um compromisso com a melhoria da qualidade de vida e dos recursos naturais, pode causar disparidades entre

os municípios e conflitos na distribuição de recursos futuros. Por isso, o desenvolvimento aliado à preservação do ecossistema, aglutinando as esferas sociais, econômicas e ambientais, pode ser o diferencial para futuros projetos hidroelétricos, principalmente no estado do Paraná.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília. **Anais**. Brasília: PNUD, 1997.

ACCARINI, J. H. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

IBGE. **Censo demográfico 1991 – mão-de-obra**. Rio de Janeiro, 1991.

KINDLEMBERGER, C. P. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

LAZIER, H. **Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense**. 18.ed. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LIMA, J. F. de. **La diffusion spatiale du développement économique régional**: l'analyse de la diffusion au sud du Brésil dans le XX<sup>ème</sup> siècle. Chicoutimi, 2004. Thèse (Doctorat) – Université du Québec.

LIMA, J. F. de et al. A percepção do conceito de desenvolvimento regional nas áreas atingidas pelos reservatórios de Itaipu e Salto Caxias. **Informe Gepec**, Toledo: UNIOESTE, v.7, n.1, p.81-94, jan./jun.2003

MÜLLER, A. C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. **Trabalho e emprego**. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/serf>. Acesso em: 20 jun. 2001.

PARANACIDADE. **Base de dados dos 399 municípios do Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.parana-cidade.org.com.br/base/municipios.html> Acesso em: 25 maio 2001.

PIACENTI, C. A. et al. Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.104, p.103-123, jan./jun.2003.

PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. (Coord.). **Análise do impacto dos reservatórios das hidroelétricas no desenvolvimento econômico microrregional**. Toledo: UNIOESTE/Campus de Toledo/CCSA/Curso de Ciências Econômicas, 2002. UNIOESTE/Campus de Toledo/Fundação Araucária. Projeto 612. Projeto concluído.

POLÉSE, M. **Economía urbana y regional**. Cartago: Libro Universitario Regional, 1998.

RAMOS, J. M. **A influência de Itaipu na economia dos municípios lindeiros**: o caso de Entre Rios do Oeste. Toledo, 1998. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas/Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UNIOESTE.